

# Dino pede vista e julgamento dos royalties no STF é suspenso

Relatora do processo, ministra Cármen Lúcia votou contra a aplicação da lei

Gustavo Moreno/STF

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, votou, nesta quinta-feira (7), pela manutenção do modelo atual de distribuição dos royalties do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, concentrando os repasses aos estados e municípios produtores, como Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo.

Segundo a relatora, essas regiões enfrentam impactos diretos da atividade de exploração e, por isso, devem receber compensações financeiras. Para a ministra, a própria Constituição já definiu esse modelo de repartição, e as mudanças previstas na lei de 2013 alterariam o sistema tributário sem respaldo constitucional. Após o voto da relatora, o ministro Flávio Dino pediu vista do processo, suspendendo temporariamente o julgamento. O magistrado terá até 90 dias para devolver o caso ao plenário.

A análise começou na quarta-feira (6), quando o plenário ouviu o relatório das ações, além das mani-

festações das partes e dos interessados no processo. Representantes da União, dos estados e dos municípios produtores defenderam a manutenção das regras atuais, argumentando que os royalties têm caráter compensatório pela exploração dos recursos naturais.

Em contrapartida, representantes dos estados e municípios não produtores sustentaram que a revisão das regras promoveria uma distribuição mais equilibrada da riqueza nacional, em consonância com um modelo federativo mais igualitário.

Durante o julgamento, Cármen Lúcia rebateu argumentos de que os impactos ambientais da exploração em alto-mar atingiriam igualmente outras regiões do país. Segundo ela, embora os danos ambientais possam ter efeitos difusos, os maiores impactos permanentes recaem sobre as áreas diretamente ligadas à atividade petrolífera.

O tema está em debate no STF desde 2013, quando a ministra

concedeu liminar suspendendo a nova regra de partilha. Desde então, o caso entrou diversas vezes na pauta de julgamentos, mas acabou sendo adiado, inclusive a pedido de estados produtores, como o Rio de Janeiro.

A norma questionada alterou os percentuais de distribuição dos royalties e das participações especiais destinados à União, estados e municípios produtores, criando limites para os repasses e direcionando parte dos recursos, por meio de fundos especiais, aos estados e municípios não produtores.

A proposta surgiu em meio às discussões sobre a criação de um fundo voltado para investimentos em educação e saúde com recursos do petróleo. Nesse contexto, foi aprovada a Lei 12.858/2013, que destinou 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde. A legislação também determinou que metade dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal seja aplicada nessas áreas.



Cármen Lúcia votou contra a lei que altera a partilha

## ESTAMOS FAZENDO MUITO PELA SAÚDE.

E esse é um trabalho que não para nunca.

- Clínicas da Família fortalecidas: 240 unidades e mais de 80% de cobertura.
- Atendimento às pessoas com autismo triplicado e 2 novos Centros até 2028.
- Distribuição de medicamentos totalmente regularizada.
- Hospitais do Andaraí e Cardoso Fontes modernizados e reestruturados.
- Super Centros ampliando o atendimento: Benfica, Campo Grande e Piedade (em construção).
- Prontuário e ponto eletrônico melhorando a qualidade do atendimento à população.

PREFEITURA  
**RIO**  
A SERVIÇO DE TODO CARIOCA



SABIA MAIS  
SOBRE A SAÚDE  
DO RIO

